
CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS - CTCOB
ATA 42ª REUNIÃO

Data: 15 de março de 2006

Local: ANA- Brasília

PARTICIPANTES:

- Ministério da Integração Nacional: Daniel Vilani- (dzvilani@hotmail.com)
- Ministério do Meio Ambiente-MMA – ANA: Francisco Viana- (fcoviana@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente-MMA: Cássio de Sá (cassio.sa@mma.gov.br)
- Ministério da Agricultura-MAPA: Eduardo Cadavid (educa@sede.embrapa)
- Ministério das Cidades - Norma Lúcia de Carvalho- (norma.carvalho@cidades.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia - Christian André H. Govastki- (christian.govastki@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Francisco Martinez Junior- (martines@cth.usp.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - PR/MT- Enéas Souza Machado (eneas@pr.gov.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Décio Michellis Júnior (decio.michellis@gruporede.com.br)
- Usuário/Indústria: Patrícia Helena Gambogi Boson: (tita@net.em.com.br)
- Usuário/Irrigantes - Jairo dos Santos Lousa- (jairolousa@yahoo.com.br)
- Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo - Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com)
- Comitês de Bacias Hidrográficas-Luiz Roberto Moretti-(lmoretti@sp.gov.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas- Francisco Carlos Castro Lahóz- (francisco@agua.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa- Synara A.Olendzki Broch- (synara@uol.com.br)

CONVIDADOS:

- Lúcia Helena Valverde (lucia.valverde@ana.gov.br).
- Milton C. Lima- (milton.lima@ana.gov.br)
- José Luiz Seroccaro- (seroccaro@pr.gov.br)
- Luiz Fernando Arruda Gonçalves (luis.goncalves@copel.com)
- Mauricio Andrés Ribeiro (mauricio.andres@ana.gov.br)
- José Carlos Pires (josécarlospires@gmail.com)
- José Cisino M. Lopes- (aiba@aiba.org.br)
- Gualter de Carvalho Mendes- (gualtermendes@mme.gov.br)
- Paulo Roberto Soares Jr.- (paulojunior@yahoo.com.br)
- Maria Aparecida B. Pimentel Vargas- vargasma@terra.com.br/aparecida@ceivap.org.br
- Maria Zita Timbó Araújo- maria.zita@dnocs.gov.br
- Carlos A S. Teles- cteles@srh.ba.gov.br
- Patrick Thomas- patrick@ana.gov.br

RELATOR IA:

- Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH / MMA – Tel.: (61) 4009-1809 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

No dia 15 de Março, do ano dois mil e seis, com início às 09h30min, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 42.ª reunião em Brasília convocada há doze dias, sob a presidência do senhor Décio Michellis Júnior, tendo como relator o senhor Ednaldo Mesquita Carvalho com a presença de 15 dos seus membros e 13 convidados. *Item 1- Informes e aprovação da ata da 41ª reunião da CTCOB*- Inicialmente, o Presidente da CTCOB deu as boas vindas a todos e passou a palavra para o relator da CT, Sr. Ednaldo, para que fossem relatados os informes. Foi dito que o processo de habilitação dos Usuários e Representantes da Sociedade Civil a fim de participarem das Assembléias destinadas à escolha de seus representantes no CNRH estava em curso. Inscreveram-se 467 organizações e pessoas físicas, no dia 27/03 seriam publicadas as listas dos habilitados para participarem das Assembléias a serem realizadas nos dias 3,4,5 de abril. Foi informado também que durante a 17.ª reunião extraordinária do CNRH, dia 3/03/06, foi aprovada uma moção endereçada à Casa Civil da Presidência da República, solicitando “alteração do Decreto n.º 4.613, de 2003, no que se refere à composição do CNRH”, pretende-se com esta alteração elevar o n.º de conselheiros hoje de 57, para 69, sendo mais 4 vagas para os CERH, 4 vagas para os Usuários e 4 para a Sociedade Civil. O Sr. Décio informou também que o CERH de São Paulo, em momento semelhante ao que o CNRH está passando, não conseguiu preencher 3 vagas no seu quadro de conselheiros. Concluiu, dizendo que pelo número de inscritos no CNRH, tem parecido a ele que está havendo pouca mobilização e interesse para participação nestes fóruns. O Sr. Patrick, representante da ANA, na qualidade de anfitrião deu as boas vindas e desejou a todos a realização de uma ótima reunião. A Sra. Maria Zita informou que havia sido eleita presidente do Comitê da Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará. O Comitê realizou sua primeira reunião sob a gestão dela em 23/02/06 quando iniciaram estudos sobre a cobrança de água bruta no Ceará. Solicitou a maior interação possível entre o Comitê presidido por ela com a CTCOB, em particular com o GT12 em fase de dinamização. Destacou que na área de abrangência do Comitê são arrecadados 80% de todos os recursos geridos pela COGERH, e que o Ceará foi o primeiro Estado a cobrar pela água bruta. Comunicou que é conselheira do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e este Conselho não foi consultado sobre o reajuste de tarifas efetuado no Estado em 30/12/2005. O Conselheiro José Cisino disse que existe a intenção entre os irrigantes de se criar uma instituição nacional para melhor representá-los. A primeira reunião do grupo de organização acontecerá no dia 4/4/06 na ANA. Todas as organizações públicas e privadas serão convidadas a participar, como a CODEVASF e o DNOCS. O Sr. Conselheiro Francisco Lahós deu informações a respeito do andamento dos trabalhos de implementação da cobrança na bacia do PCJ. Foi dito que a adimplência por parte dos usuários que efetivamente pagam pelo uso dos recursos hídricos na bacia é da ordem de 96% e que a Caixa Econômica Federal será o agente financeiro. Foi informado ainda que havia sido sancionada a Lei Paulista, instituída a cobrança no Estado e que o decreto de regulamentação estaria sendo discutido e sua minuta disponibilizada para os Comitês de Bacia do Estado. A primeira minuta do decreto em questão foi discutida pela primeira vez no dia 9/03/06. O Sr. José Carlos Pires comunicou que no perímetro irrigado do Arroio Duro, gerido pela AUDE - Associação dos Usuários do Arroio Duro, a cobrança pelo uso da água que era feito em função do volume captado, passou a ser feita em função do uso efetivo da água. *Item 2- Análise da Deliberação CEIVAP n.º 52/2005, nota técnica da ANA, e proposta de resolução ao CNRH relacionadas à “Metodologia e critérios para a cobrança pelo uso das águas captadas, derivadas e transpostas da bacia do Rio Paraíba do Sul para bacia do rio Guandu”*. O Sr. Francisco Lopes Viana, da ANA, justificou inicialmente a ausência do Diretor Oscar Cordeiro que lhe pediu que desse as boas vindas a todos. Especificamente sobre o assunto, adiantou que foram feitas na Agência diversas reuniões sobre o tema, informou que o Sr. Patrick havia elaborado a nota técnica dentro do enfoque técnico, mas que devido a aspectos jurídicos ela não havia sido encaminhada formalmente ao CNRH. Comunicou que estavam aproveitando a

oportunidade da reunião para apresentar toda a fundamentação técnica e gostaria de receber sugestões adicionais da CTCOB. Foi informado ainda pelo Presidente da CTCOB que o Diretor Oscar Cordeiro da ANA havia pedido contribuições da CTCOB do ponto de vista técnico do documento a ser apresentado. Em seguida, o Sr. Décio passou a palavra para o Sr. Patrick apresentar sua palestra, conforme anexo, com o título: “Subsídios técnicos preliminares ao CNRH para análise dos mecanismos e valores de cobrança pela transposição das águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu no Rio de Janeiro”. Após apresentação, o Sr. Viana lembrou que a Lei 4.247/RJ serviu apenas como referência para o estabelecimento do parâmetro de 15% sobre os valores arrecadados, completou, dizendo que 13 milhões de pessoas são abastecidas pela Bacia do Rio Guandu, sendo 8 milhões no Rio de Janeiro. Sobre a disponibilidade e demanda hídrica, em termos gerais, foi dito que a bacia não tem problemas de quantidade de água, mas de qualidade em alguns trechos. Foram feitos comentários também sobre a bacia receptora do Rio Guandu com 2.000Km² que nasce à jusante da Usina Pereira Passos, nesta bacia, a CEDAE capta 45m³/seg. Foram abordadas ainda, as questões de dominialidade das águas e sobre os reservatórios e usinas hidrelétricas existentes no sistema. Em termos de balanço hídrico, o sistema Guandu é totalmente dependente da transposição e sobre aspectos legais, foi mencionado que existe o Contrato de Concessão n.º 001/96, firmado entre o MME e a LIGHT, válido até 2026. Devido a este contrato, a LIGHT tem que operar a transposição, mesmo que ela não gere energia. O objetivo da LIGHT no processo é atender aos usos múltiplos do sistema. Mencionou-se que do total dos valores a serem arrecadados pelo comitê, 90% deverão ser oriundos da CEDAE. Pelas previsões, a Bacia do Rio Paraíba do Sul deverá receber cerca de R\$ 2.626.758,00 pela transposição, decorrentes do atual processo proposto que prevê 15% dos recursos da cobrança pelo uso da água bruta na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, seria uma vinculação de receita, não um mecanismo de cobrança propriamente dito. Concluiu o Sr. Viana, dizendo que no momento a ANA está estudando a adequação do mecanismo proposto e esperava que na próxima reunião da CTCOB ele pudesse trazer à Câmara as conclusões sobre as adequações propostas. O Sr. Gualter perguntou sobre as reais finalidades dos reservatórios do sistema e pediu explicações sobre o balanço hídrico da bacia. Em resposta, o Sr. Patrick disse que a ANA define as regras de operação de todos os reservatórios da bacia do Rio Paraíba do Sul, visando atender aos usos múltiplos. A Sra. Aparecida informou que o CEIVAP criou um Grupo de Trabalho específico para acompanhar o processo de operação dos reservatórios da bacia. O Sr. Gualter alertou sobre a importância de se considerar a necessidade de atender às emergências, quando da operação dos reservatórios, em função de possíveis acidentes como o ocorrido anteriormente na Bacia do Rio Pomba. O Sr. Patrick informou que estão sendo considerados estes aspectos em termos de providências a serem tomadas no caso de emergências que dependem de maiores liberações de vazões. O Sr. Wilson, fundamentado na informação que o sistema foi concebido para gerar energia, pediu informações sobre como é feito processo de administração do sistema. Foi dito pelo representante da ANA, que o denominado “Complexo de Lages” é operado pela LIGHT, o sistema Guandu não existe formalmente, a LIGHT é um usuário como a CEDAE, mas quem opera os reservatórios é a LIGHT. Após explicações, o Sr. Wilson fez a seguinte afirmativa: “Em função de tudo que foi dito, o sistema hoje é mais importante para o abastecimento do que para a geração de energia elétrica”. Como esclarecimento, o Sr. Décio, presidente da CTCOB, ponderou que a nota técnica não está fechada e não foi encaminhada formalmente, o que se espera é que a Câmara dê sugestões para o seu aprimoramento. A Sra. Patrícia explicou que os recursos da cobrança são recursos orçamentários da ANA, por outro lado a Lei 4.247/RJ não menciona e nem define que os recursos a serem arrecadados se constituem como recursos orçamentários, há apenas uma interpretação que o sejam. O que se propõe é um acordo entre comitês para se aceitar os 15% previstos na referida Lei a serem repassados à bacia doadora. Entende a conselheira que o importante é que a proposta avance, mesmo considerando que a SERLA não dispõe de instrumento legal para repassar os recursos. O que se propõe é por tempo determinado, Dezembro de 2006, sendo importante verificar se o processo de fato funcionará. Em sua opinião,

a questão é política e administrativa e não técnica. Continuou, dizendo que se deve reconhecer a complexidade do problema, que já ocorreu uma negociação que durou vários anos, e o que se propõe é um respaldo legal. Mencionou ainda que é possível que no futuro o CEIVAP possa recorrer à CTCOB, informando que o processo proposto não foi eficiente, devido às dificuldades de repasse pela SERLA. O Sr. Patrick disse que na sua apresentação não havia entrado no mérito da legalidade, mas fez menção a alguns aspectos na Lei 4.247, como o Art. 10 que menciona e define que a receita decorrente da cobrança resulta em uma receita pública, vinculada a um Fundo Estadual, sendo portanto um recurso orçamentário do Estado do Rio de Janeiro. A decisão do CNRH sobre a matéria pode permitir um avanço na política de Recursos Hídricos nos aspectos inerentes a outras transposições. Alertou que a Bacia do Rio Guandu é hoje uma nova bacia que na sua origem possuía vazão aquém das suas reais necessidades, é uma situação diferente de dominialidade. Concluiu, dizendo que o CNRH pode avançar, regulamentando uma questão que será semelhante em outras regiões do país. Ao final, disse que para ele pairavam dúvidas quais sejam: “O que se propõe é um mecanismo de cobrança, validado pelo CEIVAP?” e ainda “O arranjo proposto atende aos anseios dos outros usuários?” Em resposta, a Conselheira Patrícia Boson explicou que o que está em discussão é o que está explícito na deliberação do Comitê, portanto a resolução proposta é de aprovação de uma deliberação do CEIVAP que irá legalizar o proposto. Por outro lado, achava estranho que após tantos meses de discussão, a ANA que participou de todas, agora colocasse outros pontos a serem avaliados e estranhava ainda porque o CEIVAP nunca havia sido chamado a receber ou ouvir explicações sobre a razão de a nota técnica não ter sido concluída. A Sra. Aparecida pediu para se desvincular as questões estaduais do que está sendo proposto. Explicou que o acordo foi negociado entre o CEIVAP e o comitê Guandu, no qual foi proposto que a forma de repasse seria via convênio entre o CEIVAP e a SERLA. Informou que o comitê também aprovou deliberação que prorroga os atuais mecanismos de cobrança adotados na Bacia para permitir que estudos mais detalhados venham a ser feitos. Entende que a questão é política e precisa ser colocada em prática o mais rápido possível. Comunicou que o Comitê não tem a intenção de colocar a matéria em regime de urgência na plenária do CNRH por entender ser importante que tanto a CTCOB quanto a CTIL devam analisar a questão. A Conselheira Patrícia Boson comentou que sobre o arranjo institucional para gerir o sistema, “o ideal seria no próprio Comitê Guandu a melhor forma para decidir todas as questões decorrentes”. Ponderou que o ganho político existirá, quando a definição for acatada e transformada em resolução do CNRH. Concluiu, dizendo que a solução proposta não é simples e recomenda que a CTCOB avance, não vendo nenhum desgaste decorrente. O Sr. Wilson solicitou informações sobre a organização do Sistema Lages, em seguida manifestou sua posição favorável ao encaminhamento da resolução, bem como demonstrou preocupações sobre a articulação SERLA e CEIVAP e sobre a inadimplência da CEDAE, mesmo considerando que o assunto possa ser discutido após encaminhamentos propostos. A Sra. Aparecida comentou que os valores percentuais serão calculados em função dos valores arrecadados e não sobre os valores devidos, alertou que o que se propõe não é finalístico e está explícito no artigo 2.º da resolução proposta. O Sr. Carlos Teles, diante do que foi exposto, perguntou se deveria o CNRH deliberar sobre uma cobrança em um rio estadual. Em resposta, a Sra. Aparecida reportou-se ao Artigo 2.º da deliberação 52/2005 do CEIVAP, no qual fica explícita a participação do Estado do Rio de Janeiro na comissão especialmente criada para tratar a questão. Diante do que foi dito, o Sr. Carlos Teles sugeriu que as negociações e decisões fiquem no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e do CEIVAP sem o envolvimento do CNRH, alertou que o que está acontecendo agora na Bacia do Rio Paraíba do Sul, deverá acontecer muito breve em outras bacias e em outros estados. Retomando a palavra, o Presidente da CTCOB apresentou as sugestões de encaminhamento: *1- Aguardar a nota técnica da ANA para posterior análise e manifestação da Câmara. 2- Sugerir a elaboração, por parte do CEIVAP de uma nova deliberação na qual não se mencionaria a palavra “cobrança”, sendo necessária a busca de uma nova expressão para substituir o termo.- 3-Reativar o GT-CEIVAP da CTCOB para aprofundar a questão, acompanhar de perto o processo de elaboração da nota técnica e*

209 *propor uma solução para o problema.* Aproveitou a oportunidade para lembrar que atendeu a
210 um pedido da ANA para discutir a questão na reunião e para tentar obter dos membros da CT
211 algum tipo de contribuição técnica. Reconheceu que o Comitê está cumprindo o seu papel e que
212 a ANA está trabalhando na elaboração da nota técnica. Ponderou o Sr. Décio que, até aquele
213 momento, percebia muitas dúvidas por parte de todos, dúvidas estas que só serão esclarecidas
214 com a conclusão da nota técnica. Aproveitou a oportunidade para enfatizar a importância do GT-
215 CEIVAP que tem como objetivo principal o acompanhamento do processo de implementação da
216 Cobrança na bacia. Complementou, dizendo que se o GT estivesse dinamizado, muitas das
217 questões no momento em discussão, provavelmente já seriam do conhecimento de todos. Ao
218 final, ponderou que não recomendava que a CT viesse a propor algum tipo de encaminhamento à
219 questão sem a existência da nota técnica a ser apresentada pela ANA, que no seu entender
220 envolverá aspectos jurídicos e econômicos. A Conselheira Patrícia comentou que não estava em
221 jogo a solução para o problema de transposição no país. Disse que na realidade o que está
222 acontecendo é a derivação de água para a produção de energia elétrica e como usuário outorgado
223 está a LIGHT, cujo pagamento pelo uso dessa água já está regulamentado, portanto o pagamento
224 pela transposição já está ocorrendo. Complementou, dizendo que “entretanto há um uso
225 posterior desta água, sendo que o Estado do Rio de Janeiro entende que há um impacto
226 decorrente no Rio Paraíba do Sul e decidiu por lei, que 15% do valor arrecadado com a cobrança
227 pelo uso desta água, reaproveitada no Rio Guandu, seria repassado ao CEIVAP”. Continuou,
228 dizendo que cabe ao comitê definir mecanismos e critérios de cobrança para todos os usos e isso
229 foi feito para o caso da transposição, adotando como valor a ser cobrado os mesmos percentuais
230 estabelecidos pela Lei citada. Reconhece que existe uma insegurança jurídica, mas o que se
231 propõe no momento é o cumprimento de um ritual já existente no CNRH. Afirmou que a
232 estratégia sugerida será adotada em caráter precário até que a Comissão criada pela deliberação
233 CEIVAP n.º 52/2005 apresente a solução definitiva para o problema. Por outro lado, a Sra.
234 Patrícia Boson disse que também não se sente confortável com um encaminhamento pela
235 CTCOB sem a nota técnica. O Sr. Viana ratificou que existe na legislação que o CNRH deve
236 receber nota técnica relacionada a valores e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos
237 hídricos, como é o caso em questão. Reconhece que o CEIVAP já deu sua contribuição ao
238 aprovar sua deliberação que trata da transposição no rio Paraíba do Sul e a encaminhou ao
239 CNRH. A ANA que tem a função de participar no processo de regulamentação das Leis 9.433 e
240 9.984, deve elaborar uma nota técnica para fundamentar e complementar os mecanismos e
241 critérios de cobrança a serem propostos ao CNRH. Para o CNRH aprovar valores sem os
242 mecanismos e critérios é algo não factível. Informou o representante da ANA que, até aquela
243 data, não havia unanimidade na Agência para a devida fundamentação da nota técnica a ser
244 remetida ao CNRH, os mecanismos e critérios decorrentes ainda não haviam sido propostos pelo
245 CEIVAP. Nesta oportunidade, disse o Sr. Viana, o que se está propondo para encaminhamento
246 ao CNRH é apenas o processo de negociação ocorrido entre comitês, não sendo papel do CNRH
247 deliberar sobre este tipo de assunto. Sobre os encaminhamentos propostos, concorda com aquele
248 que sugere aguardar a nota técnica definitiva da ANA para possibilitar melhor análise da
249 CTCOB. A Sra. Patrícia Boson pediu maior objetividade por parte da CTCOB, solicitou que
250 houvesse uma solução por parte da Câmara já que não era só a pendência da nota técnica da
251 ANA que estava ocorrendo, mas também sugestões de alterações à própria deliberação n.º 52, do
252 CEIVAP. Disse ainda que “se a redação da deliberação e proposta de resolução não estão boas,
253 recomende-se o retorno ao Comitê, dos respectivos documentos”. Sugeriu a Conselheira que o
254 GT-CEIVAP se incorpore ao próprio comitê na busca de uma solução para o problema e que
255 representantes do Comitê PCJ, também se incorporem ao Grupo. O Sr. Décio ponderou que “se o
256 comitê passou vários anos para apresentar as deliberações em questão, o simples retorno das
257 mesmas ao CEIVAP não resolveria o problema”. Continuou comentando que “não será o GT que
258 encontrará a solução, ele será apenas um facilitador, o CEIVAP cumpriu sua responsabilidade ao
259 aprovar sua deliberação”. O Sr. Décio aproveitou a oportunidade para recomendar aos demais
260 comitês que não encaminhem deliberações sobre o tema sem a respectiva nota técnica da ANA.

Concluiu, afirmando que se o CNRH não deliberar em tempo, a falha não é do CEIVAP que já aprovou sua deliberação sobre o assunto, solicitou à ANA para encaminhar a NT tão logo a mesma seja concluída, em tempo anterior ao da convocação da próxima reunião da CTCOB. Encaminhamentos: - o GT CEIVAP foi reativado com a coordenação sob a responsabilidade da Sra. Aparecida. - A CTCOB continuará aguardando a NT da ANA para se pronunciar, partindo da premissa que o CEIVAP já cumpriu seu papel. Antes de concluir as discussões sobre a matéria, o Sr. Carlos Teles fez a seguinte indagação: “Porque o envolvimento do CNRH em algo que é da responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro e do CEIVAP?”. *Item 5 das pautas- 1ª reunião do GT12 - Cobrança pelo uso da água frente às especificidades regionais- em especial o caso Ceará* – Inicialmente, o Sr. Viana rememorou que de fato foi convidado para coordenar o GT, pediu desculpas por não ter tido a oportunidade de dinamizá-lo em função das suas diversas atividades. Prometeu que traria na próxima reunião da CTCOB um relato a partir de agosto de 2005, sobre o atual estágio do Sistema de pagamento pelos serviços de operação e manutenção dos sistemas de distribuição de água no Ceará, bem como uma proposta de resolução que regulamentasse este tipo de pagamento de tarifa, o mesmo que agora vem sendo adotado na Bahia. Informou adicionalmente que esse sistema de pagamento não se enquadra nos moldes preconizados pela Lei 9.433, e que outros Estados do Nordeste como o Rio Grande do Norte, Pernambuco e Espírito Santo na região Sudeste, estão pensando da mesma forma. Prometeu que além de trazer as contribuições dos demais estados, disponibilizará também outro estudo da FGV relacionado à outorga preventiva fornecida pela ANA, quando dos estudos para a transposição do rio São Francisco, o que por sinal, disse o representante da ANA, é a única informação consistente que existe para regulamentar este processo de pagamentos de tarifas para manutenção e operação de sistemas de disponibilização de água bruta. Informou que o jurista Cid Tomanick já está elaborando estudos sobre as interfaces da lei 9.433 com as Leis de Concessões, prometeu que tão logo estes estudos sejam concluídos eles serão também disponibilizados para todos, juntamente com os demais. Seriam estas as suas contribuições para o GT. Os estudos prometidos seriam referência para o início dos trabalhos do GT, sem a direta participação dele na coordenação do Grupo. O Sr. Décio comentou e mostrou o relatório preliminar do GT, preparado por ele, que havia se comprometido com a sua relatoria, disse que o escopo do relatório transcende o que foi dito pelo Sr. Viana. Demonstrou que tinha a expectativa que o GT iria propor algo em termos de regulamentação de processos que viessem a permitir o acompanhamento da implementação da Cobrança nos Estados, como no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e suas correlações e interfaces com a Lei 9.433 e Resolução nº. 48 do CNRH. Comentou que a sua expectativa era que o GT pudesse analisar todas as experiências estaduais e seus aspectos conflitantes com a Lei Federal, numa tentativa de buscar a harmonização da Política Nacional de Recursos Hídricos. Como exemplo, disse que o GT deveria começar seus trabalhos pela análise do decreto de regulamentação da Lei 12.183, de São Paulo, buscando sempre o fortalecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos, procurando assim fazer uma antecipação a prováveis fragmentações. O Sr. Viana concordou com as colocações do Sr. Décio e mais uma vez se comprometeu em disponibilizar os documentos citados anteriormente, não se dispondo porém, a coordenar o Grupo. Diante desta conjuntura, o Presidente da CTCOB perguntou se havia alguém presente disposto a coordenar o GT, e se o GT iria se envolver no processo de regulamentação da Lei 12.183, de São Paulo. A Sra. Maria Zita comentou que estava disposta a participar do GT na qualidade de Presidente do Comitê da Região Metropolitana de Fortaleza, se colocando a disposição para ser o elo de ligação entre o GT e os responsáveis pela Gestão dos Recursos Hídricos no Ceará. A Conselheira Patrícia propôs a reformulação e a abrangência do GT por entender que aspectos como a regulamentação das leis relacionadas à cobrança nos estados é um problema de toda a CT e não assunto de um único GT, já a cobrança pelos serviços, como ocorre no Ceará, merece de fato ser aprofundada em um GT específico. Aspectos como mecanismos e critérios de cobrança para o semi-árido, com rios intermitentes é algo totalmente diferente do que existe em outras regiões. Estudos relacionados à cobrança por serviços e pelo uso da água nestas regiões poderiam interessar a

313 muitos estados. Finalmente, sugeriu não misturar os assuntos e, se necessário, criar outro Grupo
314 ou então dinamizar o GT- Pacto Federativo. O Sr. Décio acha que um GT que aborde
315 unicamente “pagamento por serviços, não é atribuição do CNRH”. Entende que o problema é de
316 regulação dos executivos municipais e estaduais, e que o fornecimento de água bruta é uma
317 questão de concessão, é um serviço público, sendo de competência da CTCOB acompanhar as
318 experiências em curso nos estados. Em resposta, a Sra. Patrícia disse que recomenda as
319 discussões do tema em um grupo, e não somente na CT, devido à dinâmica e agilidade dos GTs.
320 Em seguida, o Sr. Cisino, concordando com a Conselheira Patrícia, lembrou que, em se tratando
321 de cobrança por serviços de operação e manutenção de sistemas, já existe regulamentação e base
322 legal contidas em Lei de Irrigação. O Sr. Enéas demonstrou interesse em participar do GT, pelo
323 fato que no Estado do Paraná, pretende-se neste ano, regulamentar a cobrança, sendo oportuna a
324 sua participação no GT para troca de experiências. Complementou, dizendo que como o escopo
325 que se propõe é amplo, tem o receio que haja divagação e perda de foco. Como informe, a Sra.
326 Elizabeth relatou que no momento ela estaria trabalhando junto ao Congresso Nacional, no
327 processo de regulamentação da política nacional de saneamento. Como o sistema não dispõe de
328 regulamentação, as dificuldades operacionais estão sendo grandes nas empresas de saneamento.
329 Alertou que qualquer participação nesta etapa, só poderá ocorrer com o envolvimento com
330 parlamentares, como ela está procurando fazer. Considera muito importante a interface do
331 saneamento com os recursos hídricos e acredita que, através desta articulação, ações concretas
332 possam ser desencadeadas voltadas à qualidade das águas. Dando continuidade às discussões
333 sobre a efetivação do GT12, a Sra. Patrícia ponderou que achava estranho o fato que a ANA não
334 tenha na sua agenda, como órgão gestor, este tema cobrança por serviços, como algo prioritário.
335 Lembrou que se ocorrerem problemas, como por exemplo a gestão dos canais de Campos, a
336 solução iria ser buscada na ANA, portanto a Agência deveria ser a maior interessada no
337 aprofundamento deste tema. A Sra. Maria Zita comentou que é muito importante conhecer outras
338 experiências para verificar se o que está sendo feito em seu Estado, está dentro do escopo da lei
339 federal. O Representante do Estado do Paraná, Sr. Enéas, questionou sobre os reais objetivos do
340 GT, no caso o de levantar os regulamentos existentes nos estados relacionados à cobrança e sua
341 correlação com a legislação existente. Em resposta, o Sr. Décio disse que os diversos objetivos
342 do GT elencados por ele na minuta do primeiro relatório, são: - Avaliar as experiências em
343 cursos ou em implementação dos processos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos
344 Estados, considerando procedimentos adotados e resultados obtidos; - Analisar os conflitos
345 potenciais entre as legislações estaduais e a legislação nacional sobre a cobrança; - Elaboração
346 de recomendações para implantação da cobrança pelo uso de recursos hídricos nos Estados,
347 considerando as especificidades regionais; - Propor diretrizes e ações conjuntas para a integração
348 e otimização de procedimentos entre as instituições responsáveis pela cobrança pelo uso de
349 recursos hídricos nos Estados; - Analisar e sugerir, no âmbito das competências do GT,
350 recomendações de diretrizes complementares para a implementação e aplicação da cobrança pelo
351 uso de recursos hídricos nos Estados e elaboração/revisão de minutas de Resoluções para o
352 CNRH quando couber; - Elaborar recomendações de especificidades regionais do instrumento
353 cobrança a serem internalizados na política nacional de recursos hídricos (minutas de resolução
354 para o CNRH, sugestões de emendas aos PLs em tramitação no Congresso Nacional, etc.); e
355 finalmente- Análise de pontos da legislação de especial interesse para o estado do Ceará. Em
356 seguida, foi relatado por ele as providências tomadas na tentativa de dinamizar o GT, como por
357 exemplo o envolvimento do Secretário João Bosco e Diretores da ANA. Após voltou a consultar
358 os membros da CT sobre a disposição e interesse de alguém para coordenar o GT. Constatou-se
359 que no ambiente da CTCOB não havia nenhum interessado em assumir a responsabilidade. A
360 Conselheira Patrícia voltou a manifestar-se, procurando expor o que entendia como tarefa do
361 GT: reunir a legislação sobre cobrança dos estados e analisá-las à luz das leis federais.- elaborar
362 tabela com o conteúdo das legislações e suas divergências. Em seguida, disse que estes estudos
363 devem interessar muito mais à ANA, do que à CTCOB, porque compete muito mais a Agência a
364 tarefa de estabelecer uma estratégia de gestão para minimizar possíveis conflitos futuros. O Sr.

Carlos Teles informou que na Bahia é uma rotina a adequação da legislação estadual à legislação federal. Sugeriu que no caso de não haver convergência neste aspecto em algum Estado, o mesmo deveria ser convidado a discutí-la. A Sra. Patrícia voltou a insistir que, para o início dos trabalhos do Grupo, deveria haver uma base de estudos a ser feito pela ANA com o apoio, se necessário, da SRH. Havendo esta base de dados elaborada pelo órgão gestor, ela de disporia a coordenar o GT. O Presidente da CTCOB procurou ouvir o representante da SRH no que diz respeito à participação da Secretária no processo de dinamização do GT, o Sr. Cássio prometeu levar a questão no âmbito da SRH, na tentativa de obter o apoio necessário para o trabalho conjunto com a ANA. Sobre a oportunidade de dinamização do Grupo, o Sr. Jairo comentou sobre a possibilidade de ocorrer a dupla penalização, por falta de regulamentação, a agricultores irrigantes, pelo pagamento de serviços e pelo uso da água em estados onde os dois sistemas vierem a ser implantados, como na Bahia. Finalizando, o Sr. Viana reforçou a sua não disposição de coordenar o GT, mas voltou a prometer que na próxima reunião da CT iria disponibilizar os estudos prometidos, bem como uma correlação entre a lei de concessões e a Lei 9.433. Comunicou que a ANA está passando por mudanças estruturais e só após, quem sabe na próxima reunião da CTCOB, iria informar o nome do técnico de sua Superintendência para compor o Grupo a ser dinamizado. *Item 6-11ª reunião do GTAAC- Assunto: Apresentação da ANA sobre a aplicação dos recursos da cobrança e sua correlação com as prioridades para aplicação dos mesmos conforme Resolução n.º 49 do CNRH-* O Sr. Viana iniciou a apresentação rememorando o recebimento do Ofício 006-2006 CNRH/MMA, de 16/01/06, do Secretário Executivo do CNRH, solicitando informações referentes à aplicação de recursos pela agência no ano 2005. A ANA, através do ofício 009/2006/DP-ANA, de 27/01/2006, encaminhou as informações sobre a execução orçamentária 2005, bem como a proposta orçamentária para 2006. O Sr. Décio disse que esperava da apresentação exatamente o que foi dito pelo Sr. Viana, e se dispôs em nome da CTCOB, a encaminhar, através da Câmara, moção ao CNRH preparada pela ANA, relacionada às dificuldades existentes decorrente do contingenciamento dos recursos e respectivas reservas de contingência. Representando a ANA, a Sra. Lúcia Valverde iniciou sua apresentação expondo as perspectivas para 2006 e que havia uma reserva de contingência da ordem de R\$100 milhões de reais na fonte 134, aquela que abriga os recursos da compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos no setor elétrico. Disse a técnica da Agência que os valores da fonte 116 (que abrigam os recursos da cobrança condominial) previstos para 2006 serão totalmente liberados, são considerados despesas obrigatórias. Sobre a disposição da CTCOB em enviar ao CNRH uma moção na qual seria manifestada a insatisfação sobre os procedimentos adotados com o contingenciamento, a Sra. Lúcia acha importante este tipo de apoio, porque praticamente 73% decorrentes da fonte 134, uma estimativa de R\$174 milhões, serão retidos, como reserva de contingência. Achava também interessante se o CNRH solicitasse ao Congresso Nacional mais apoio à agenda da água. O Sr. Décio prometeu que iria reeditar o relatório n.º 9, no qual seriam inseridas as informações prestadas naquele dia. Voltou a comentar sobre a disposição da CTCOB em encaminhar uma moção ao CNRH que viesse a ser proposta pela ANA, relacionada a este tema. A Sra. Patrícia reconheceu que houveram avanços com a fonte 116, criada com o apoio decorrente das manifestações da CTCOB. Por outro lado, ponderou sobre os aumentos de contingenciamento ocorridos sobre os recursos da fonte 134. Lembrou a conselheira sobre as diversas moções propostas ao CNRH pela CTCOB relacionadas a este assunto. Solicitou à Agência mais detalhes do relatório de gestão para poder fazer artigos e notas para jornais e revistas. O Sr. Viana respondeu que de fato a fonte 116 foi um avanço, prometeu um relatório de gestão a ser encaminhado CTCOB e GTAAC para compor o relatório 9 do GT. A Sra. Patrícia recomendou que o GT Interministerial deveria continuar seus trabalhos, abordando agora os problemas dos recursos alocados à fonte 134, textualmente foi dito “temos que voltar a força tarefa para tentar minimizar as reservas de contingência que recaem sobre a fonte 134”. Sobre o GT Interministerial, disse o Sr. Viana que o mesmo focou a fonte 116, os trabalhos foram encerrados e não foi feito nenhum pedido de prorrogação. Concorde que o GT deveria ser reativado para tratar da fonte 134. Retomando à sua apresentação, a Sra. Lúcia deu

informações finais sobre o orçamento 2006, cujos valores programados só serão confirmados após aprovação do orçamento no Congresso e após publicação do decreto de contingenciamento. Suas previsões para este ano não são muito otimistas, porque em função das despesas obrigatórias para a saúde e educação, os cortes deverão ocorrer sobre o restante do orçamento global. Foi encerrada a reunião às 18h e 05 min, o presidente da CTCOB agradeceu a presença de todos, lembrando que a próxima reunião seria nos dias 26 e 27 de abril.

Ata aprovada na 43ª reunião da CTCOB, dias 18 e 19/07/2006.

Décio Michellis Júnior
Presidente da CTCOB

Ednaldo Mesquita Carvalho
Relator da CTCOB